

Atlas Brasil Energia
Holding 1 S.A.

**Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas em 31 de dezembro de
2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais individuais e consolidados	6
Demonstrações do resultado individuais e consolidados	7
Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados	9
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da
Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Balancos patrimoniais individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020			2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	8	64.838	133.569	448.864	381.393	Fornecedores	14	60	116	182.445	48.006
Contas a receber	9	-	8.981	14.700	2.283	Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	3	-
Impostos a recuperar		-	39	-	203	Imposto de renda e contribuição social		-	-	341	-
Imposto de renda e contribuição social		214	-	1.994	-	Obrigações fiscais		21	-	1.645	368
Adiantamento a fornecedores	10	-	-	14.683	31.506	Empréstimos e financiamentos	15	201.764	200.586	242.063	200.586
Outras contas a receber		-	-	92	1.172	Outras contas a pagar	14	39	32	483	56.226
Total do ativo circulante		65.052	142.589	480.333	416.557	Total do passivo circulante		201.884	200.734	426.980	305.186
Investimentos em controlada	11	555.027	92.935	-	-	Empréstimos e financiamentos	15	-	157	756.117	242.157
Imobilizado	12	-	-	1.102.739	110.373	Provisão para desmobilização	16	-	-	36.826	-
Intangível	13	-	-	55.046	55.046	Total do passivo não circulante		-	157	792.943	242.157
Total do ativo não circulante		555.027	92.935	1.157.785	165.419	Patrimônio líquido	17	493.039	44.796	493.039	44.796
						Capital social		-	(1.741)	-	(1.741)
						Ajuste de avaliação patrimonial		(74.844)	(8.422)	(74.844)	(8.422)
						Prejuízos acumulados					
						Total do patrimônio líquido		418.195	34.633	418.195	34.633
Total do ativo		620.079	235.524	1.638.118	581.976	Total do passivo e patrimônio líquido		620.079	235.524	1.638.118	581.976

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações de resultados individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	18	-	-	45.076	-
Custos de operação	19	-	-	(33.715)	-
Lucro bruto		-	-	11.361	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(686)	(108)	(5.418)	(2.099)
Outras receitas operacionais		425	-	426	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	(61.476)	(1.168)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		(61.737)	(1.276)	6.369	(2.099)
Despesas financeiras		(12.099)	(748)	(96.770)	(1.972)
Receitas financeiras		1.283	234	18.701	2.281
Resultado financeiro líquido	20	(10.816)	(514)	(78.069)	309
Resultado antes dos impostos		(72.553)	(1.790)	(71.700)	(1.790)
Imposto de renda e contribuição social corrente	21	-	-	(853)	-
Prejuízo do exercício		(72.553)	(1.790)	(72.553)	(1.790)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidado:
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício		(72.553)	(1.790)	(72.553)	(1.790)
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge de fluxo de caixa	17	<u>1.741</u>	-	<u>1.741</u>	-
Resultado abrangente do exercício		<u>(70.812)</u>	<u>(1.790)</u>	<u>(70.812)</u>	<u>(1.790)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social		Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	Capital a integralizar	Reservas de hedge		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	-
Subscrição de capital social	45.110	(45.110)	-	-	-
Integralização de capital social	-	44.796	-	-	44.796
Transações de capital reorganização CasaBlanca	-	-	-	(6.632)	(6.632)
Participação sobre hedge de fluxo de caixa das investidas	-	-	(1.741)	-	(1.741)
Resultado do exercício	-	-	-	(1.790)	(1.790)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	45.110	(314)	(1.741)	(8.422)	34.633
Subscrição de capital social	63.320	(63.320)	-	-	-
Aumento de capital	447.929	314	-	-	448.243
Transferência de investimentos	-	-	-	6.131	6.131
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge de fluxo de caixa	-	-	1.741	-	1.741
Resultado do exercício	-	-	-	(72.553)	(72.553)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	556.359	(63.320)	-	(74.844)	418.195

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais e consolidados
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(72.553)	(1.790)	(71.700)	(1.790)	
Ajustes para reconciliar o resultado do período com os recursos das atividades operacionais:					
Juros sobre empréstimos	15	12.064	743	40.292	1.183
Custo de captação apropriado ao resultado	15	-	-	1.734	-
Variação cambial	15	-	-	55.542	-
Depreciação	12	-	-	886	-
Atualização monetária da provisão para desmobilizaçã	16	-	-	570	-
Resultado de equivalência patrimonial	11	61.476	1.168	-	-
Ajuste de conversão	17.c	1.741	-	1.741	-
Prejuízo ajustado	2.728	121	29.065	(607)	
Redução / (Aumento) nos ativos operacionais:					
Contas a receber	8.981	(8.981)	(15.767)	(1.429)	
Impostos a recuperar	39	(40)	203	(147)	
Impostos de renda a recuperar	(214)	-	(1.994)	(26)	
Adiantamento a fornecedores	-	-	16.823	(32.871)	
Outras contas a receber	-	-	1.080	-	
Aumento / (Redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores	(56)	14	(44.656)	42.280	
Obrigações sociais e trabalhistas	-	103	3	(2.193)	
Obrigações fiscais	21	-	1.277	291	
Outras contas a pagar	7	32	(55.742)	1.062	
Caixa gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais	11.506	(8.751)	(69.708)	6.360	
Pagamento de juros de financiamentos	15	(11.043)	-	(31.216)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição socia	-	-	(513)	-	-
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado) nas atividades operacionais	463	(8.751)	(101.437)	6.360	
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizad	12	-	-	(768.420)	(109.048)
Aumento de capital em investidas	11	(517.437)	(100.696)	-	-
Caixa líquido (aplicado) nas atividade de investimento	(517.437)	(100.696)	(768.420)	(109.048)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	15	-	200.000	544.509	456.872
Caixa líquido gerado na reorganização societária	-	-	33.331	-	34.577
Custo de captação empréstimos e financiamentos	15	-	-	(55.424)	(17.053)
Integralização de capital	17.a	448.243	9.685	448.243	9.685
Caixa líquido gerado pelas atividade de financiamento	448.243	243.016	937.328	484.081	
(Redução) / aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(68.731)	133.569	67.471	381.393	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercícic	8	133.569	-	381.393	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercícic	8	64.838	133.569	448.864	381.393
		(68.731)	133.569	67.471	381.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidada

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A Atlas Brasil Energia Holding 1 S.A. (“Companhia”) é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

A Companhia tem como controladora integral a Sociedade Brasil Solar Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia.

A Companhia foi constituída em 04 de março de 2020, e lhe foi transferida em 22 de junho de 2020 o controle dos investimentos da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e Atlas Casablanca Holding Ltda. As movimentações dos investimentos em suas controladas podem ser observadas na nota explicativa nº 11.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como ‘Grupo’). O Grupo está envolvido primariamente na geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica através dos investimentos nas Companhias citadas acima, detentora dos complexos Jacarandá e Casablanca, conforme apresentados abaixo:

Complexo	Empresa/Companhia
Jacarandá (a)	Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda
Jacarandá (a)	Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda
Casablanca (b)	Atlas CasaBlanca Holding Ltda
Casablanca (b)	Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.
Casablanca (b)	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.

- (a) O complexo iniciou em 2021 o fornecimento médio anual de 407,34 GWh para atender prioritariamente a Grupo Dow Brasil pelo prazo de 15 anos. Para o ano de 2021 a Empresa adquiriu a energia necessária para honrar o compromisso acima citado.
- (b) O complexo Casablanca prevê o fornecimento médio anual de mais de 728,8 GWh para atender prioritariamente a Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A., durante o prazo de 15 anos, iniciando em 1º de janeiro de 2022 até 31 de dezembro de 2036.

1.1 Efeitos COVID-19

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprova em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas; quarentena, restrição de atividades; realização de exames médicos e vacinação; restrição de entrada e saída no país entre outras.

Em virtude dos efeitos causados pela pandemia e com intuito de garantir a saúde de seus colaboradores, a Administração instituiu uma equipe de técnica de saúde na planta em construção, composta por um médico e duas enfermeiras para acompanhamento periódico das equipes em campo.

A Administração instituiu alguns procedimentos para entrada e permanência na planta, atendendo aos requerimentos básicos de saúde instituído pela ONS. Sendo assim a Administração mantém a obrigatoriedade do uso de máscaras, álcool em gel, distanciamento social, medição periódica da temperatura, testes de COVID periódicos para entrada na planta, desinfecção periódica dos ambientes da planta, além do acompanhamento diário da vacinação da equipe e promoção de campanhas de alertas e informativos a respeito dos cuidados com a COVID-19 para equipe e população na região do entorno da planta.

A Empresa não aderiu ao longo deste exercício nenhuma suspensão temporária de cunho trabalhista, tributário ou financeiro junto a seus credores.

Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Empresa avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e conclui que não são detectados riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações.

1.2 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, de R\$ 136.832 na controladora (R\$ 58.145 em 31 de dezembro de 2020). O capital circulante negativo em 2021 deve-se, principalmente, aos saldos de empréstimos tomados (conforme nota explicativa nº 15) e em função ao período de construção das plantas fotovoltaicas de Juazeiro V a VIII e de Lar do Sol IV a VI.

Como forma de contribuir para a equalização dos aspectos descritos acima, a Companhia pagará a maior parte do empréstimo em 2022, com o início da operação das Companhias Juazeiro V a VIII iniciada em outubro de 2021 e Lar do Sol IV a VI programada para julho de 2022, a Administração compreende que a Companhia terá os recursos necessários para cumprir com suas obrigações operacionais de curto prazo.

A Administração entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo, tendo em vista as integralizações de capital restantes.

Em 31 de dezembro de 2021, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

1.3 Autorizações para exploração

As controladas receberam autorização para geração de energia elétrica por fonte fotovoltaica, conforme apresentado no quadro abaixo.

A tabela a seguir resume as características de cada controlada:

<i>Usina</i>	<i>Controlada</i>	<i>Período da autorização</i>	<i>Potência (MW)</i>	<i>Produção estimada P90 (MW/médio)</i>	<i>Início de operação comercial</i>	<i>Ambiente Contratação</i>	<i>Estado</i>	<i>Condição</i>
UFV Juazeiro V	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	10/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VI	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	12/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VII	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	47,29	14	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Juazeiro VIII	<i>Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE LTDA.</i>	17/12/2019 a 17/12/2054	15,20	4,5	11/2021	ACL	BA	Operacional
UFV Lar do Sol VII	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.</i>	01/04/2019 a 31/03/2054	99	27,7	07/2022	ACL	MG	Pré-operacional
UFV Lar do Sol VIII								
UFV Lar do Sol IX	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.</i>	01/04/2019 a 31/03/2054	99	27,7	07/2022	ACL	MG	Pré-operacional
UFV Lar do Sol X								
UFV Lar do Sol I	<i>Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.</i>	01/04/2019 a 31/03/2054	99	27,7	07/2022	ACL	MG	Pré-operacional
UFV Lar do Sol II								

As controladas indiretas terão suas operações dedicadas ao suprimento dos contratos de venda de energia firmados diretamente com suas controladoras, conforme quadro societário apresentado na nota explicativa nº2, bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme informado na nota explicativa nº 1.

1.4 Reorganização societária

a) Reorganização societária ocorrida por meio de cisão e incorporação

Conforme Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 22 de junho de 2020, foi aprovada a cisão parcial da Atlas Energia Renovável do Brasil S.A, deliberando a reorganização societária referente aos seus ativos líquidos cindidos para a Companhia.

O objetivo da reorganização societária, teve por finalidade segregar os portfólios da Companhia que estão em estágio de desenvolvimento e pré-operacionais, daqueles que se encontram em operação comercial. Os ativos líquidos recebidos pela Companhia correspondem a projetos em desenvolvimento e pré-operacionais.

A data-base do balanço para a reorganização societária foi de 31 de julho de 2020. Assim os resultados apurados a partir de 01 de agosto de 2020 fazem parte das demonstrações financeiras consolidadas. Abaixo, segue o balanço base de 31 de julho de 2020 das controladas Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e Atlas CasaBlanca Holding S.A.:

	Controladora Acervo líquido incorporado em 31 de julho de 2020
	Atlas Brasil Energia Holding 1 S. A
Ativo	31/07/2020
Equivalentes de caixa	33.330
Total do ativo circulante	33.330
Investimento - Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia	(1.097)
Investimento - Atlas CasaBlanca Holding	2.877
Total do ativo não circulante	1.780
Total do ativo	35.110
Patrimônio Líquido	31/07/2020
Capital social cindido	35.110
Total do patrimônio líquido	35.110
Total do passivo e patrimônio líquido	35.110

b) Reorganização societária por meio de venda de ações

Em 13 de dezembro de 2020, em complemento ao processo de reorganização societária, a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda firmou contrato de compra e venda ações com a parte relacionada Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A., o qual formalizou a venda de algumas SPEs do Complexo Casablanca, conforme listadas abaixo. Desta forma, em 13 de dezembro de 2020 a Empresa deixou de ter o controle das operações citadas.

Antiga razão social	Atual razão social (*)
Central Fotovoltaica Casablanca I Ltda	Altas Lar do Sol Holding Ltda.
Central Fotovoltaica Casablanca II Ltda	Central Fotovoltaica Boa Sorte 1 SPE Ltda.
Central Fotovoltaica Casablanca III Ltda	Central Fotovoltaica Boa Sorte 2 SPE Ltda.
Central Fotovoltaica Casablanca IV Ltda	Central Fotovoltaica Boa Sorte 3 SPE Ltda.
Central Fotovoltaica Casablanca V Ltda	Central Fotovoltaica Boa Sorte 4 SPE Ltda.
Central Fotovoltaica Casablanca VI Ltda	Central Fotovoltaica Boa Sorte 5 SPE Ltda.

(*) Em 2021 as SPEs antes denominadas de Casablanca de I a VI, passaram por alteração contratual alterando sua razão social para Atlas Lar do Sol Holding Ltda, e Boa Sorte de I a V, respectivamente

Em função da operação de venda citada acima, o Grupo reconheceu a baixa dos investimentos vendidos, cujo efeitos desta operação ocasionaram o reconhecimento de uma perda de R\$ 6.632 como transação de capital no Patrimônio Líquido, conforme nota explicativa nº 17 b.

Abaixo são demonstrados os acervos patrimoniais líquidos vendidos:

Composição do investimento	Controladora	
	Part. %	Operação de venda de participação societária
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE I Ltda.	100%	(1.143)
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE II Ltda.	100%	(993)
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE III Ltda.	100%	(1.568)
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE IV Ltda.	100%	(1.026)
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE V Ltda.	100%	(949)
Central Fotovoltaica Boa Sorte SPE VI Ltda.	100%	(1.013)
		(6.692)
		Consolidado
Ativo		13/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa		(546)
Impostos a recuperar		(3)
Adiantamento a fornecedores		(421)
Outras contas a receber		(1)

Imobilizado	(6.474)
Total do ativo	(7.445)
Passivo	13/12/2020
Fornecedores	601
Obrigações fiscais	5
Outras contas a pagar	147
Total do passivo	753
Total do acervo líquido vendido	(6.692)
Valor recebido pela venda	60
Perda reconhecida pela venda	(6.632)

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo lista das controladas da Companhia:

Controladas	País	Participação acionária			
		2021		2020	
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII SPE Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A. (a)	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A. (a)	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A. (a)	Brasil	100%	Indireta	100%	Indireta
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	Brasil	100%	Direta	100%	Direta

(a) Vide nota explicativa nº 11.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 15 de abril de 2022.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras que são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Vida útil dos ativos tangíveis – Nota explicativa nº 12:** Refere-se a ativos imobilizado, onde a depreciação é feita pelo método linear, com base nas taxas anuais. A determinação da vida útil dos ativos é estimada pela Administração com base na estimativa de tempo de geração de recursos que tal ativo espera prover, limitado ao período de autorização, dos dois o menor;
- **Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) – Nota explicativa nº 12:** Análise de eventos que possam indicar a perda do valor recuperável dos ativos reconhecidos até 31 de dezembro de 2021;

- **Intangível - Nota explicativa nº 13:** Principais premissas em relação aos valores recuperáveis.
- **Reconhecimento e mensuração dos custos de desmobilização – Nota explicativa nº16:** Refere-se as principais premissas sobre a mensuração dos custos prováveis, descontados a valor presente, representando assim a saída futura de recursos necessários para entrega do terreno locado nas condições previstas no contrato; e
- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 23:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia a partir da data em que obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita de contrato com cliente

Reconhecimento da receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
- a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
- a determinação do preço para cada tipo de transação;
- a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato, sejam em um determinado período, ou ao longo do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O principal critério de reconhecimento e mensuração do contrato no ambiente livre é estabelecido com base na quantidade de energia entregue no ponto de verificação acordado entre as partes e com os preços especificados nos termos dos contratos de fornecimento.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

d. Imposto de renda e contribuição social

Regime de tributação pelo Lucro Real – Controladora e Subholdings

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro

líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Regime de tributação pelo lucro presumido – Demais controladas

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

e. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

f. Contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”)

Hedge de fluxo de caixa

i. Reconhecimento

A Companhia adotou o hedge de fluxo de caixa, no exercício de 2020, com o intuito de proteger-se do risco cambial atrelado à moeda estrangeira, relacionado a um percentual do contrato de revenda de energia elétrica *PPA (Power Purchase Agreement)*, que possa vir a impactar o valor das receitas provenientes da revenda de energia elétrica. A estratégia de proteção consiste em designar o contrato de empréstimo atrelado à moeda estrangeira, sendo o dólar americano (USD) como instrumento de proteção, por meio de Hedge de Fluxo de Caixa, efetuando assim o

contrabalanceamento entre a variação cambial do contrato de revenda de energia com a variação cambial do contrato de empréstimo. Sendo assim, elegeu como instrumento de proteção contrato de financiamento também atrelado ao dólar americano (USD).

No início da designação da relação de proteção a Administração da Companhia verificou todos os critérios exigidos para a aplicação da contabilidade de hedge como se:

- A relação de proteção consiste somente de instrumentos de hedge elegíveis;
- no início da relação de proteção, existia designação e documentação formal da relação de proteção e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco da entidade para assumir o hedge;
- a relação de proteção atende a todos os requisitos de efetividade de hedge; e
- existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge e o efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica.

Periodicamente a Administração da Companhia monitora os critérios de qualificação do instrumento de hedge, no qual foi identificado um contrato de financiamento, a fim de assegurar a relação de proteção. Atendido todos os critérios de qualificação, a Administração reconhece os efeitos de variação cambial decorrentes do instrumento de hedge diretamente na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio líquido. Quando do reconhecimento no resultado da Companhia inerente à receita proveniente do contrato de energia atrelado à moeda estrangeira, designado como objeto de hedge, o saldo da variação cambial do instrumento de hedge é reconhecido ao resultado, obedecendo o percentual de designação, da rubrica de Ajustes Acumulados de Conversão para o resultado, na mesma rubrica em que a receita de revenda de energia elétrica é reconhecida.

ii. Desreconhecimento

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente.

Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor acumulado na rubrica de Ajuste de Acumulados de Conversão permanece no Patrimônio líquido até que, o instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo exercício ou exercícios posteriores à medida que os fluxos de caixa futuros esperados objeto de hedge afetarem o resultado.

Em 2021 a Companhia desreconheceu o hedge por meio do resultado, conforme abordado na nota explicativa nº 23.b.iv.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui principalmente os custos de obtenções de licenças ambientais, serviços de construção e compra de equipamentos para montagem das usinas fotovoltaicas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(v) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(vi) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, os quais a Administração do Grupo definiu uma vida útil estimada para o conjunto de ativos operacionais que fluirão em benefícios econômicos.

A vida útil estimada da usina fotovoltaica, assim que concluída, será de 30 anos.

A depreciação será reconhecida no resultado, quando da entrada em operação. Dado a limitação legal imposta pelo prazo de autorização, os ativos são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo de autorização apresentados na nota explicativa nº 1.3.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O Grupo não possui despesas de depreciação para o complexo de Casablanca, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional.

h. Ativos intangíveis

Inclui os direitos de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG.

Conforme determinado no CPC 04 – Ativo Intangível, correspondente ao IAS 38 – *Intangible Assets*, a Empresa deve reconhecer o Ativo Intangível quando do cumprimento das seguintes premissas:

(i) Ativo identificável

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de identificação, em termos de definição do ativo intangível, quando:

- for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- resultar de direitos contratuais ou direitos legais.

(ii) Controle

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de controle do ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios.

(iii) Benefício econômico futuro

A Administração compreende que um ativo satisfaz o critério de obter os benefícios econômicos futuros quando tais benefícios incluem a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade

Após confirmado a consonância dos requerimentos de identificação de um ativo intangível, a Administração segue com o reconhecimento do Ativo Intangível.

(iv) Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(v) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(vi) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

A Administração compreende como vida útil do Ativo de Direito de acesso à Rede Básica de Transmissão de Pirapora – MG, o período da vigência deste direito que compreende 35 anos, a contar a partir do início da operação comercial da Empresa, previsto para primeiro semestre de 2022.

i. Provisão para desmobilização

Os contratos de arrendamento das terras onde os parques encontram-se instalados contém cláusulas que obrigam a Companhia, ao final do prazo contratual, devolva as terras em condições originais anteriores a implementação dos parques. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo, é possível verificar maiores detalhes na nota explicativa nº 16.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

(a) Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado; ou
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(b) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros – - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros VJR	a	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	----------	---

Ativos financeiros custo amortizado	a	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	----------	--

(d) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos

fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- ativos de contrato.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor Grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou Grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou Grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

I. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas será efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, aos quais a companhia não espera impactos significativos.

A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a exercícios anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos bancários (a)	10	50	170.447	217.779
Aplicações financeiras curto prazo (b)	64.828	133.519	278.417	163.614
Caixa e equivalentes de caixa	64.838	133.569	448.864	381.393

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 95,25% ao ano (94,75% em 31 de dezembro de 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

9 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes - ACL (a)	-	-	13.295	-
Contas a receber de clientes – ACL - Teste (b)	-	-	1.405	-
Contas a receber de partes relacionadas (c)	-	8.981	-	2.283
Contas a receber de clientes	-	8.981	14.700	2.283

- (a) Contas a receber proveniente da operação de venda firmada bilateralmente no ambiente de contratação livre, conforme nota explicativa nº 1
- (b) Referem-se aos saldos provenientes da operação em teste das plantas do complexo de Jacarandá no momento da energização inicial da mesma. A energia gerada na operação de teste é fornecida à CCEE e será recebida parcelas mensais;
- (c) Conforme nota explicativa nº 22.

A Companhia entende não haver riscos de créditos com os recebíveis e, portanto, não reconheceu nenhum montante à título de expectativa de crédito de liquidação duvidosa, por não haver histórico de inadimplência com os seus títulos.

10 Adiantamento a fornecedores

	Consolidado	
	2021	2020
Adiantamento a fornecedores (a)	12.024	31.506
Seguros adiantados	2.659	-
Total	14.683	31.506

- (a) Refere-se aos valores adiantados para fornecedores de assessoria e consultoria financeira, inerentes a serviços necessários para a intermediação dos financiamentos obtidos pelas investidas Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. e Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda, com expectativa de realização em 12 meses.

11 Investimento em controladas

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial	2021
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	100%	266.229	(30.963)	266.229
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	100%	288.798	(30.513)	288.798
Total		555.027	(61.476)	555.027

Composição do investimento	Part.%	Patrimônio líquido	Resultado de equivalência patrimonial - a	Intangível (b)	2020
----------------------------	--------	--------------------	---	----------------	------

Atlas Brasil Energia Holding I S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

		partir de 01 de			
		agosto de 2020 (a)			
<i>Investimentos em controladas</i>					
Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	100%	(5.084)	(1.329)	55.046	49.962
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	100%	42.973	161	-	42.973
Total		37.889	(1.168)	55.046	92.935

- a) Conforme nota explicativa 1.4
b) Conforme nota explicativa nº 13.

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2020	Aportes de capital em controladas	Equivalência patrimonial	31/12/2021
<i>Investimentos em controladas</i>				
Atlas CasaBlanca Holding S.A..	(5.084)	302.276	(30.963)	266.229
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	98.019	221.292	(30.513)	288.798
Total	92.935	523.568	(61.476)	555.027

Atlas Brasil Energia Holding I S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020*

Movimentação dos investimentos	Saldo em 04 de março de 2020	Aportes de capital em controladas	Reorganização societária 01/08/2020 (i)	Reorganização societária 13/12/2020 (ii)	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial (iii)	31/12/2020
<i>Investimentos em controladas</i>							
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	-	-	2.877	(6.632)	(1.329)	-	(5.084)
Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda.	-	100.696	(1.097)	-	161	(1.741)	98.019
Total	-	100.696	1.780	(6.632)	(1.168)	(1.741)	92.935

- (i) Incorporação da parte cindida pela Atlas Energia Renovável do Brasil S.A. reconhecida em 01 de agosto de 2020;
- (ii) Alienação de participações societárias pela controlada indireta, Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda., referente as SPEs que contemplam o complexo de CasaBlanca.
- (iii) Conforme nota explicativa nº 17.c

12 Imobilizado

Consolidado								
	04/03/2020	Adição por reorganização societária (i)	Adições	Baixa por alienação de participação societária (ii)	31/12/2020	Adições	Transferências	31/12/2021
Imobilizado em andamento (iii)	-	7.799	109.048	(6.474)	110.373	956.996	(598.563)	468.806
Planta fotovoltaica – instalações, máquinas e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	598.563	598.563
Desmobilização de ativos (iv)	-	-	-	-	-	36.256	-	36.256
Total	-	7.799	109.048	(6.474)	110.373	993.252	-	1.103.625
Depreciação acumulada	04/03/2020	Adição por reorganização societária (i)	Adições	Baixa por alienação de participação societária (ii)	31/12/2020	Adições	Transferências	31/12/2021
Desmobilização de ativos (iv)	-	-	-	-	-	(886)	-	(886)
Total da depreciação acumulada	-	-	-	-	-	(886)	-	(886)
Total	-	7.799	109.048	(6.474)	110.373	992.366	-	1.102.739

- (i) Adições por reorganização societária, sendo composto da seguinte forma: (a) recebimento do investimento da Atlas CasaBlanca Comercializadora de Energia Ltda R\$ 3.063; (b) recebimento do investimento da Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda R\$ 4.736.
- (ii) Baixa por alienação do investimento do Complexo de Boa Sorte I a IV (anteriormente denominado Casablanca I a VI).
- (iii) Referem-se a aquisições de serviços e materiais oriundos da construção da Usina Fotovoltaica das investidas Lar do Sol IV, Lar do Sol V e Lar do Sol VI.
- (iv) Conforme nota explicativa nº 16.

Em dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V SPE Ltda, Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI SPE Ltda., Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda e Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII SPE Ltda., concluíram a construção da usina fotovoltaica e iniciou a operação para fornecimento para contratos firmados bilateralmente em ambiente de contratação livre.

Os ativos detidos pelas controladas da Companhia compõem as garantias da operações de empréstimos e financiamentos, conforme descrito na nota explicativa nº 15.b.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2021 não existiam evidências de perda do valor recuperável de seu imobilizado.

13 Intangível

	Consolidado	
	2021	2020
Custo		
Contratos de venda de energia	55.046	55.046
Total	55.046	55.046

Em 2020 a Companhia efetuou a compra das Companhias pertencentes aos projetos Anglo (Lar do Sol IV a VI), haja visto que os projetos detinham as licenças necessárias para interconexão à Rede Básica do Setor 345 kV da SE Pirapora 2 no estado de Minas Gerais. Em decorrência da aquisição, a Companhia reconheceu o intangível adquirido no montante de R\$ 55.046.

A composição do intangível está demonstrada a seguir:

Projeto	SPE	Início licença	Ativo intangível
Casablanca	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol IV S.A.	01/01/2022	18.349
Casablanca	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol V S.A.	01/01/2022	18.349
Casablanca	Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol VI S.A.	01/01/2022	18.348
			55.046

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contratação de serviços (a)	25	13	181.754	41.276
Partes relacionadas (c)	35	103	691	6.730
Total de fornecedores	60	116	182.445	48.006
Aquisição de participação societária (b)	-	-	-	55.000
Outras contas a pagar (d)	39	32	483	1.226
Total de outras contas a pagar	39	32	483	56.226
Total de fornecedores e outras contas a pagar	99	148	186.278	104.232

a. Contratação de serviços

Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se, principalmente, a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos complexos de Jacarandá e Casablanca.

b. Aquisição de participação societária

Refere-se à aquisição das participações societárias das Companhias Lar do Sol IV a VI, ocorrida em 04 de novembro de 2020. A operação de compra foi realizada pela Casablanca Comercializadora Ltda., conforme detalhado na nota explicativa nº 11.

c. Partes relacionadas

Conforme nota explicativa nº 22.

d. Outras contas a pagar

Refere-se basicamente à serviços a faturar de operação e manutenção da planta, serviços de auditoria e outras provisões.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 23.

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos e financiamentos bancários com garantia				
Saldo inicial	200.743	-	442.743	-
Empréstimos e financiamentos tomados (principal)	-	200.000	544.509	456.872
Variação cambial (*) (**)	-	-	55.542	1.741
Custo incorrido	-	-	1.734	-
Custo de captação	-	-	(55.424)	(17.053)
Juros pagos	(11.043)	-	(31.216)	-
Juros incorridos no exercício	12.064	743	40.292	1.183
Saldo final	201.764	200.743	998.180	442.743
Passivo circulante (*)	201.764	200.586	242.063	200.586
Passivo não circulante	-	157	756.117	242.157

O saldo correspondente ao curto prazo da controladora refere-se a empréstimo ponte, com o objetivo de financiamento das controladas no exercício de 12 meses.

(*) A Companhia realizou a descontinuidade do fluxo de caixa de *hedge* e reconheceu por meio do resultado o saldo de R\$1.741, mantido como reserva de *hedge* em 31 de dezembro de 2020.

(**) O aumento significativo na variação cambial é resultado da obtenção de novos empréstimos em moeda estrangeira e por conta do avanço do dólar, sendo que em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,58 (R\$ 5,19 em 31 de dezembro de 2020).

a. Termos e cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos

Em 2020 a Companhia celebrou os contratos de abertura de crédito junto ao Banco Itaú S.A. exclusivamente para financiar seus compromissos de caixa e de suas controladas, que previa vencimento para novembro e dezembro de 2021 a taxa de remuneração do empréstimo é CDI + 1,5% a.a. Entretanto, a administração da Companhia decidiu pela renovação deste empréstimo que agora prevê o vencimento para novembro e dezembro de 2022 a taxa de remuneração do empréstimo em CDI + 2,1% ao a.a.

A controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda, celebrou contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 256.872, sendo que o recebimento ocorreu por meio de uma liberação de R\$ 230.033 (USD 44.600) remunerados a taxa Libor USD 12 meses e uma segunda liberação no valor de BR 26.839 remunerados a CDI + 4,78%. Em 2021, a Companhia recebeu uma nova parcela do empréstimo firmado em 2020 no valor de R\$ 84.796 (USD 17.200), remunerados a Libor 12 meses + 4,35% com vencimentos em 15 de julho de 2035. O prazo de financiamento é de 15 anos, com carência de 2 anos para o principal.

A controlada indireta, Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda, celebrou em 2021 contratos de abertura de crédito junto a Corporação Interamericana de Investimentos (IDB – Invest) exclusivamente para financiar a aquisição de equipamentos e serviços para construção das

plantas fotovoltaicas, onde foi contratado o crédito total de R\$ 459.713 – USD 76.300 e R\$ 62.328, com vencimentos em 15 de julho de 2033. O prazo de financiamento é de 15 anos, sendo que a parcela correspondente ao dólar é remunerada a 4,45% e parcela correspondente ao real, são remunerados a taxa CDI + 5,38 meses, com carência de 2 anos para o principal.

Os montantes das parcelas do não circulante são compostos por ano de vencimento conforme demonstrado abaixo:

Vencimento em:	Consolidado	
	2021	2020
2022	-	18.667
2023	63.010	18.667
2024	63.010	18.667
2025	63.010	18.667
2026	63.010	18.667
2027 até 2035	504.077	148.822
	756.117	242.157

O contrato estabelece cláusulas restritivas (*covenants*) que o eventual descumprimento pode acarretar vencimento antecipado da dívida. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores. No caso da dívida captada junto ao IDB Invest, os principais *covenants* são:

- Cumprir rigorosamente a legislação específica ambiental;
- Comprovar perante o IDB Invest a correta aplicação dos recursos captados; e
- Manter, por todo período do financiamento, a autorização de operação da usina fotovoltaica, bem como cumprir com os requerimentos firmados no contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).
- Manter o índice de serviço da dívida histórico, após a Data de Operação Comercial (COD) em, no mínimo 1,00:1,05.
- Manter estrutura de contas controladas junto ao Citibank S.A. e Citibank NY para cumprir as obrigações pecuniárias do projeto, tais como:
 - Custos operacionais
 - Custos de construção
 - Abastecimento de conta reserva de serviço da dívida
 - Serviço da dívida.

A Administração da Companhia realiza o acompanhamento de suas cláusulas restritivas (*covenants*).

b. Garantias prestadas

A Companhia celebrou em 2020 contratos de abertura de crédito junto ao Banco Itaú S.A., tendo como fiadores o Banco BTG Pactual, o Banco ABC Brasil e o Banco Bradesco. Os Fiadores emitiram cartas de fiança em favor do Itaú, a fim de garantir o cumprimento das obrigações assumidas pelas controladas acima.

A título de conta garantia em favor dos Fiadores, as obrigações das controladas foram asseguradas pelas seguintes garantias:

- garantia fidejussória prestada pela Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e pela Atlas Casablanca Holding Ltda. para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda. ;
- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e da Atlas Casablanca Holding Ltda. para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Companhia.

O IDB Invest também acessa garantias reais do projeto, listadas a seguir:

- alienação fiduciária de quotas das controladas, de titularidade da Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e da Atlas Casablanca Holding Ltda. para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.
- alienação fiduciária dos equipamentos de titularidade das controladas;
- cessão fiduciária dos direitos creditórios advindos dos Projetos de titularidade das controladas e das contas relacionadas ao Projeto; e
- compromisso de aporte de capital nas controladas, pela Companhia para o empréstimo detido pela controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda e pela Atlas Casablanca Holding Ltda. para a controlada indireta Atlas Casablanca Comercializadora de Energia Ltda.

16 Provisão para desmobilização

De acordo com cláusula contratual contida nos contratos de arrendamento, as Controladas Juazeiro V a VIII têm a obrigação de devolver o terreno arrendado onde o parque encontra-se instalado nas condições originais antes da implementação dos respectivos parques ao final do contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou o reconhecimento inicial da provisão para desmobilização inerente à desmontagem da usina fotovoltaica no montante de R\$ 36.256. Este montante foi mensurado com base nos custos estimados para desmontagem no término contrato de arrendamento, atualizado a valor presente por uma taxa de desconto definida em 7,74% ao ano, conforme estudo realizado.

O valor de desmobilização foi registrado no ativo de imobilizado e será amortizado a partir do momento que a Companhia entrar em operação.

A movimentação da provisão para desmobilização durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>

Reconhecimento inicial	36.256
Atualização monetária	<u>570</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	<u><u>36.826</u></u>

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 556.359 (R\$ 45.110 em 31 de dezembro de 2020), representado por 819.501.760 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O saldo subscrito a integralizar de capital social é de R\$ 63.320 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2020). As ações da Companhia pertencem ao acionista Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, detentor de 100% das ações.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 houve subscrição e integralização de capital no montante de R\$ 448.243, que foram integralizados da seguinte forma: (i) Em 18 de março incorreram em aumento de capital social no montante de R\$ 57.718; (ii) Em 30 de abril houve aumento de capital social em R\$ 5.710; (iii) Em 16 de julho houve aumento de capital social no montante de R\$ 9.412; (iv) Em 13 de agosto houve aumento de capital social no montante de R\$ 25.102; (v) Em 26 de outubro foi realizado aporte de capital no montante de R\$ 325.000 e em dezembro aportes no montante de R\$ 25.301.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 houve integralização de capital social no montante de R\$44.796. Sendo R\$ 43.016 em caixa e R\$ 1.780 em ativo líquidos advindos da reorganização societária, detalhada na nota explicativa nº 11.

b. Transações de capital

Conforme descrito na nota explicativa 1.4.b, em 13 de dezembro de 2020, em decorrência da alienação das Companhias do complexo de Casablanca, para partes relacionadas, a Companhia apurou como resultado dessa transação uma perda no montante de R\$ 6.632 a qual foi reconhecida como transação de capital e registrada no patrimônio líquido, conforme política contábil determinada pela Companhia. Este valor foi parcialmente recuperado em 2021 mediante a transferência do imobilizado das SPEs (Sociedade de propósito específico) de CasaBlanca de I a VI para as SPEs de Lar do Sol IV a VI sem efeito financeiros no valor de R\$ 6.131.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia descontinuou suas operações de hedge de fluxo de caixa, e como consequência reconheceu no resultado do exercício o montante de R\$ 1.741, mantido como ajuste de avaliação patrimonial no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

18 Receita operacional líquida

Conforme nota explicativa nº 1, a controlada Atlas Juazeiro Comercializadora de Energia Ltda. iniciou sua operação comercial em janeiro de 2021.

A tabela a seguir apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Consolidado	
	2021	2020
Receita contrato de energia (ACL)	47.401	-
Receita de teste	2.170	-
Impostos sobre venda	(4.595)	-
Total da receita operacional líquida	45.076	-

19 Despesas e custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custos do serviço de energia elétrica				
Depreciação e amortização	-	-	(886)	-
Compra de energia para revenda	-	-	(28.173)	-
Encargo de uso da rede de energia elétrica (a)	-	-	(1.907)	-
Atualização monetária para desmobilização	-	-	(570)	-
Custos compartilhados (b)	-	-	(346)	-
Compromissos ambientais e sociais	-	-	(191)	-
Seguros	-	-	(1.590)	-
Outras	-	-	(52)	-
Total	-	-	(33.715)	-
Despesas gerais e administrativas				
Contabilidade e auditoria	(131)	(31)	(827)	(251)
Assessoria e advogados	(74)	(58)	(2.993)	(1.037)
Seguros	-	-	-	(158)
Despesas compartilhadas (b)	(378)	-	-	-
Impostos e taxas	(103)	-	(823)	-
Internet e comunicação	-	-	(8)	-
Propaganda e publicidade	-	-	(100)	-
Regulatórios	-	-	-	(357)
Compromissos ambientais	-	-	-	(176)
Serviços técnicos	-	(13)	(63)	(107)
Despesas com viagens	-	-	(225)	-
Outras despesas	-	(6)	-	(13)
Total	(686)	(108)	(5.418)	(2.099)

- a) Refere-se a custos junto as transmissoras provenientes do uso da rede de transmissão.
- b) Ao longo de 2021 a Companhia dispôs de serviços compartilhados das demais Companhias do Grupo Atlas, conforme nota explicativa nº 22.

O resultado da controladora e consolidado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 corresponde ao resultado de 04 de março de 2020 a 31 de dezembro de 2020, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Conforme descrito na nota 18, a Companhia iniciou em janeiro de 2021 o fornecimento anual de energia. O início dessas atividades comerciais ensejaram em custos e aumento de despesas.

20 Receitas financeiras e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita financeira				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.283	234	5.627	326
Variação cambial ativa (a)	-	-	13.074	1.955
	1.283	234	18.701	2.281
Despesa financeira				
Despesa de juros com empréstimos (b)	(12.064)	(743)	(40.292)	(1.183)
Despesas com impostos sobre operações financeiras - IOF (c)	-	-	(1.167)	-
Apropriação dos custos de captação de financiamentos	-	-	(1.734)	-
Juros partes relacionadas	-	-	-	(390)
Variação cambial passiva (a)	-	-	(51.710)	-
Despesas bancárias	(35)	(5)	(1.867)	(399)
	(12.099)	(748)	(96.770)	(1.972)
Resultado financeiro, líquido	(10.816)	(514)	(78.069)	309

- (a) A Companhia possui saldos em moeda estrangeira de empréstimos e financiamentos. Devido às oscilações cambiais, as variações cambiais positivas são demonstradas como receita financeira e as negativas como despesas financeiras. Logo, o valor líquido negativo destas variações é de R\$ 38.636.
- (b) O aumento na rubrica de despesa com juros decorre da captação de novos empréstimos e somado ao fato dos empréstimos de 2020 foram captados no final do exercício apresentado, reconhecendo despesa parcialmente no exercício de 2020.
- (c) Ao longo de 2021 e 2020 a Companhia recebeu desembolsos da dívida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15, devido a tal movimentação financeira o Grupo incorreu em custos de impostos sobre operação financeira (IOF).

21 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas é demonstrada como segue:

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

Lucro real	Controladora	
	2021	2020
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(72.553)	(1.790)
Adições:		
Provisões não dedutíveis temporariamente	-	-
Exclusões:		
Resultado de equivalência patrimonial	61.476	1.168
Base de cálculo (Prejuízo fiscal)	(11.077)	(622)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%

A Companhia em 31 de dezembro de 2021, possui um saldo de R\$ 11.674 relativos a prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$ 595 em 31 de dezembro de 2020). Considerando-se ser uma holding não operacional, a Companhia não tem expectativa de geração de lucro tributável, conseqüentemente não reconhece crédito fiscal diferido.

A subholding, Atlas CasaBlanca Holding Ltda., apurou lucro em sua operação. A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas é demonstrada como segue:

	Atlas CasaBlanca Holding Ltda.	
	2021	2020
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(30.281)	(2.471)
Adições:		
Resultado de equivalência patrimonial	32.375	2.444
Outros adições/exclusões	(4)	
Base de cálculo	2.090	(27)
Compensação de prejuízos	(11)	-
Base de cálculo após compensações	2.079	-
Imposto de renda e contribuição social	(683)	-
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	34%	-

Lucro presumido

As investidas indiretas da Companhia, conforme nota explicativa nº 2, apuraram em 2021 imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido.

Apuração pelo lucro presumido	Consolidado	
	2021	2020
Receita bruta	5.520	-
Presunção do imposto de renda – 8% (a)	442	-
Presunção da contribuição social – 12% (b)	662	-
Demais receitas – (c)	-	-
	442	-
Base de cálculo do IRPJ (a) + (c)	442	-
Imposto de renda a alíquota de 15%	(66)	-
Adicional de imposto de renda a alíquota de 10%	(20)	-
	(110)	-
Total IRPJ	(110)	-
Base de cálculo da CSLL (b) + (c)	662	-
Contribuição social a alíquota de 9%	(60)	-
	(170)	-
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(170)	-
Alíquota efetiva	38,46%	-

A tributação aplicada no consolidado refere-se ao regime optado pelas investidas, de lucro presumido, portanto, tendo sua despesa de imposto de renda e contribuição social calculados sobre suas receitas operacionais e financeiras.

O valor total de despesas de imposto de renda e contribuição combinadas da Companhia e das investidas diretas e indiretas é de R\$ 853 (R\$0 em 31 de dezembro de 2020).

22 Partes relacionadas

a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é o Brasil Solar Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b. Operações com pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços, representada por salários e outros benefícios de curto prazo no exercício de 31 de dezembro de 2021, foi realizada pela Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A e Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.

Operações com partes relacionadas

Controladora

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Operações intercompany – Nacional</u>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	257	9	103	-	-
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda	-	2.027	-	-	-	-
Atlas Juazeiro Comercializadora De Energia Ltda	-	150	-	-	-	-
Atlas Casablanca Holding Ltda	-	6.547	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	-	-	(235)	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	26	-	(23)	-
Total	-	8.981	35	103	(258)	-

Consolidado

	<u>Contas a receber</u>		<u>Contas a Pagar</u>		<u>Receita / (Despesa)</u>	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Operações intercompany – Nacional</u>						
Atlas Energia Renovável do Brasil S.A.	-	258	9	471	-	-
Atlas do Brasil Desenvolvimento de Projetos de Geração de Energia Ltda	-	2.025	-	-	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar V Ltda	-	-	-	854	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VI Ltda	-	-	-	854	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VII Ltda	-	-	-	854	-	-
Central Fotovoltaica Juazeiro Solar VIII Ltda	-	-	-	854	-	-
Atlas Juazeiro Holding Ltda	-	-	474	-	-	-
Atlas CasaBlanca Holding S.A.	-	-	-	1.064	-	-
Usina de Energia Fotovoltaica Lar do Sol III S.A.	-	-	-	-	-	-
Atlas Brasil Energia Holding 3 S.A.	-	-	-	-	(67)	-
Atlas Brasil Energia Holding 2 S.A.	-	-	26	-	(279)	-
Operação Intercompany	-	2.283	509	4.951	(346)	-

	Contas a receber		Contas a Pagar		Receita / (Despesa)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<i>Operações intercompany – Internacional</i>						
Atlas Renewable Energy Chile SpA	-	-	95	354	-	-
Atlas Renewable Energy USA, LLC	-	-	-	1.425	-	-
Total	-	-	-	1.779	-	-
Operação Intercompany (i+ii)	-	2.283	691	6.730	(346)	-

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Classificação dos instrumentos financeiros

	Nota	2021 - Valor contábil (controladora)		2021 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	64.828	10	278.417	170.447
Contas a receber	9	-	-	-	14.700
Outras contas a receber		-	-	-	92
Total		64.828	10	278.417	185.239
Passivos					
Fornecedores	14	-	60	-	182.445
Empréstimos e financiamentos	15	-	201.764	-	998.180
Outras contas a pagar	14	-	39	-	483
Total		-	201.863	-	1.181.108

	Nível hierárquico do valor justo	2020 - Valor contábil (controladora)		2020 - Valor contábil (consolidado)	
		Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Valor justo através do resultado	Custo amortizado
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	8	133.519	50	163.614	217.779
Contas a receber	9	-	8.981	-	2.283
Outras contas a receber		-	-	-	1.172
Total		133.519	9.031	163.614	221.234
Passivos					
Fornecedores	14	-	116	-	48.006
Empréstimos e financiamentos	15	-	200.743	-	442.743
Outras contas a pagar	14	-	32	-	56.226
Total		-	200.891	-	546.975

b) Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível	2021			
			Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	64.838	64.838	448.864	448.864
Contas a receber	9	Nível 2	-	-	14.700	14.700
Outras contas a receber		Nível 2	-	-	92	92
Total			64.838	64.838	463.656	463.656
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	60	60	182.445	182.445
Empréstimos e financiamentos	15	Nível 2	201.764	201.764	998.180	998.180
Outras contas a pagar	14	Nível 2	39	39	483	483
Total			201.863	201.863	1.181.108	1.181.108

	Nota	Nível (*)	2020			
			Controladora		Consolidado	
			Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	8	Nível 2	133.569	133.569	381.393	381.393
Contas a receber	9	Nível 2	8.981	8.981	2.283	2.283
Outras contas a receber		Nível 2	-	-	1.172	1.172
Total			142.550	142.550	384.848	384.848
Passivos						
Fornecedores	14	Nível 2	116	116	48.006	48.006
Empréstimos e financiamentos	15	Nível 2	200.743	200.743	442.743	442.743
Outras contas a pagar	14	Nível 2	32	32	56.226	56.226
Total			200.891	200.891	546.975	546.975

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial; e
- Risco de taxa de juros.

Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle, no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(i) **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras, caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Consolidado	
	2021	2020
Caixas e equivalentes de caixa	448.864	381.393
Contas a receber	14.700	2.283
Outras contas a receber	92	1.172
Total	463.656	384.848

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento da indústria no qual o cliente opera.

Aplicações financeiras

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em aplicações financeiras que tenham um mercado líquido.

A exposição máxima ao risco de crédito das aplicações financeiras classificadas como custo amortizado com vencimento de curto prazo foi de R\$ 278.417 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 163.614 em 31 de dezembro de 2020).

Garantias

A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia emitido garantias para certos bancos em relação às linhas de crédito concedidas a suas controladas.

(ii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais.

Atlas Brasil Energia Holding I S.A.
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021 e 2020

31 de dezembro de 2021

Controladora

	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	201.764	201.764	201.764	-	-	-
Fornecedores	60	60	60	-	-	-
Outras contas a pagar	39	39	39	-	-	-
	201.863	201.863	201.863	-	-	-

31 de dezembro de 2020

Controladora

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 Anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	200.743	203.754	203.754	-	-	-
Fornecedores	116	116	116	-	-	-
Outras contas a pagar	32	32	32	-	-	-
	200.891	203.902	203.902	-	-	-

31 de dezembro de 2021

Consolidado

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	998.180	1.499.112	266.796	425.264	450.194	356.858
Fornecedores	182.445	182.445	182.445	-	-	-
Outras contas a pagar	483	483	483	-	-	-
	1.181.108	1682.040	449.724	425.264	450.194	356.858

31 de dezembro de 2020

Consolidado

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				Mais que 10 anos
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	6 - 10 anos	
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	442.743	445.754	292.105	103.625	143.403	102.531
Fornecedores	48.006	48.006	48.006	-	-	-
Outras contas a pagar	56.226	56.226	56.226	-	-	-
	546.975	549.986	396.337	103.625	143.403	102.531

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre o real, (BRL) sua moeda funcional e o dólar americano (USD). A exposição decorre do contrato de financiamento atrelado ao dólar americano e as vendas futuras de energia também atreladas ao dólar americano.

Em dezembro de 2020 a Atlas designou suas operações de financiamento como relação de Hedge de Fluxo de Caixa, visando mitigar os riscos cambiais existentes em parte de suas receitas futuras advindas do compromisso firme conforme descritos na nota explicativa nº1. Esta relação foi formalizada através de memorandos específicos de designação de hedge (“Formalização Da Documentação para Contabilidade de Hedge com Base na IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros”), conforme requerido pela IFRS 9/CPC 48, item 6.4(b). Adicionalmente, a estratégia de gestão de caixa da Atlas no momento desta designação, era efetuar a nacionalização integral dos valores de “Caixa e Equivalentes de Caixa” em USD obtidos através do financiamento para BRL, ainda em janeiro de 2021.

Entretanto, em decorrência da alta volatilidade de curto prazo da paridade USD versus BRL verificada entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021, a Atlas optou por rever seu plano de gestão de riscos e de gestão de caixa para o exercício de construção dos parques próprios, mantendo os recursos obtidos pelo empréstimo internacional em conta offshore em USD até seu efetivo desembolso aos fornecedores.

Diante disso, é possível verificar que a alteração da estratégia de gestão do saldo de caixas e equivalentes de caixa obtidos através do empréstimo internacional em USD alterou significativamente o perfil de risco da Atlas para o exercício de construção dos parques fotovoltaicos, conforme segue:

- A manutenção dos saldos advindos da operação do empréstimo internacional em conta bancária em moeda estrangeira gerou uma nova exposição ao risco de variação cambial sobre estes saldos. Tal exposição de câmbio não era planejada no momento da designação da operação de hedge;
- Este risco de variação cambial é naturalmente protegido pelo saldo devedor de empréstimos até a data de sua utilização nas obras dos parques fotovoltaicos;
- No curto prazo, a Atlas entende que a proteção à exposição cambial sobre o seu saldo de “caixa e equivalentes de caixa” ainda não desembolsado nas obras das controladas é mais relevante às suas operações e para o fornecimento de informações financeiras úteis para seus usuários. Tal conclusão se deve ao fato de parte significativa dos custos dos imobilizados de suas controladas (os quais são adquiridos via aporte de capital) ainda estarem sujeitos a variações do USD, com a manutenção deste saldo em conta no exterior limitando quaisquer impactos no fluxo de caixa. Assim, a Companhia irá reavaliar sua

estratégia de proteção ao risco cambial de suas receitas apenas posteriormente, conforme entrada em operação dos parques fotovoltaicos.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir está apresentado o instrumento financeiro da Companhia que está exposto à moeda estrangeira, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de câmbio até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas	Taxa em 31/12/2021	Cenário Provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de cambio USD (a)	5,58%	5,6%	0,02 p.p	0,02 p.p	0,03 p.p

(a) Dólares americanos – USD

Risco de aumento (passivo)	Moeda	31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	USD	138.100	2.762	3.452	4.143

(v) **Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumentos Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros	Variação 31/12/2021	Cenário Provável 31/12/2022	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices Libor (a)	0,23%	0,33%	0,33 p.p	0,41 p.p	0,50 p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	4,42%	11,50%	7,08 p.p	8,85 p.p	10,62 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2021	Sensibilidade				
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%	∇ - 25%	∇ - 50%
Empréstimos e financiamentos	CDI	(652.331)	(75.018)	(93.773)	(112.527)	93.773	112.527
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	(345.849)	(1.141)	(1.427)	(1.712)	1.427	1.712
Total		(998.180)	(76.159)	(95.200)	(114.239)	95.200	114.239
Risco de redução (ativo)							
Aplicações financeiras	CDI	278.417	32.018	40.022	48.027	(40.022)	(48.027)

(a) London Inter-bank Offered Rate – Fonte: Global Rates

(b) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo

24 Contingências

A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

25 Demonstração dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

Transações que não envolvem caixa:

	Nota	Controladora 2021	Controladora 2020
Aquisição de participação societária	11	-	(56.780)
Redução de capital em investidas	11	6.131	6.692
Integralização de capital	17	-	1.780
Transferência de investimentos	17	(6.131)	-
Redução de capital	17	-	(6.692)
Outras contas a pagar	14	-	55.000
		-	-
	Nota	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Impostos a recuperar		-	(57)
Contas a receber partes relacionadas	22	-	(854)
Outras contas a receber		-	(1.146)
Adiantamento a fornecedores	10	-	1.365
Fornecedores	14	-	(1.004)

Fornecedores partes relacionadas	22	-	8.923
Empréstimos e financiamentos	15	(1.741)	-
Ajustes de avaliação patrimonial	17	1.741	-
Obrigações fiscais		-	76
Outras contas a pagar	14	-	55.120
Aquisição de participação societária	11	-	(55.000)
Aquisição imobilizado	12	(30.125)	(7.799)
Baixa de ativo imobilizado	12	-	6.474
Provisão para desmobilização	16	36.256	-
Integralização de capital social	17	-	1.780
Transferência de investimentos	17	(6.131)	-
Redução de capital social	17	-	(6.632)
		<u>-</u>	<u>1.246</u>

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027 a 2037</u>
TUST (a)	2.003	2.104	2.209	2.321	23.206
Contratos de O&M	33.109	34.774	36.523	38.360	383.602
Total	<u>35.112</u>	<u>36.878</u>	<u>38.732</u>	<u>40.681</u>	<u>406.808</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (TUST)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos custos do uso de transmissão, objeto da Tarifa de Uso da Transmissão (TUST) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2023 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2023/2024 (julho/22 a junho/23) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2023 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2022/2023.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção das plantas fotovoltaicas.

27 Eventos subsequentes

A Companhia não possui contingências passivas com avaliação de risco de perda classificadas como provável ou possível em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

* * *